

ÉTICA FEMINISTA

Congresso Internacional "Gendering Ethics, The Ethics of Gender"

Universidade de Leeds, Reino Unido, 23 a 25 de Junho de 2000

[Organização: Centre for Interdisciplinary Gender Studies, Universidade de Leeds]

Ana Cristina Santos

Centro de Estudos Sociais

Com mais de 200 participantes, provenientes de 23 países, este evento revelou-se uma ocasião excelente de partilha de experiências e conhecimentos, em problemáticas tão diversas como a prostituição, a mutilação genital feminina, o aborto, o trabalho, a violência doméstica ou os direitos humanos.

A diversidade temática esteve presente não só nas sessões plenárias — onde, de resto, participaram nomes mundialmente conhecidos dentro do activismo feminista, tais como Cynthia Cockburn, Joan Tronto, Sabina Lovibond, Patty Abozaglo, Amina Mama, Lois McNay, Carol Smart e Fiona Williams, entre outros —, como também nas sessões paralelas diárias, organizadas por tema, nas quais se debateram cerca de 170 comunicações. Se, por um lado, a existência de várias sessões paralelas por dia, entre tantos temas interessantes, tornou penosa a decisão de escolher apenas uma à qual assistir, tal facto permitiu, por outro lado, uma maior margem de tempo para se aprofundar cada um dos tópicos abordados, suscitando assim animadas conversas entre comunicantes e público. Pudemos ainda constatar que, embora a investigação sobre temas directamente relacionados com as mulheres fascine cientistas sociais de todas as idades, o tema parece não motivar trabalhos de investigação por parte dos homens. Na verdade, para além do público ser esmagadoramente constituído por mulheres, entre 170 comunicações, apenas três foram apresentadas por investigadores do sexo masculino.

Desde o início dos estudos sobre as mulheres, o papel da academia tem sido, sobretudo, de recordar as raízes do activismo feminista, evitar o esquecimento e identificar as injustiças históricas. Mas hoje debatem-se novas formas de articulação entre o feminismo académico e o feminismo popular, defendendo-se a utilização de meios de divulgação e informação mais acessíveis — panfletos, acções de rua, etc. — como meio de aproximar teóricas e activistas. Para o efeito, urge decidir as formas de conhecimento a privilegiar. Deveremos usar a nova produção teórica feminista e submetê-la a discussão ou, pelo contrário, devemos abandoná-la e, em vez dela, incentivar estudantes e activistas no desenvolvimento de conhecimentos cujas raízes se encontram na comunidade local, partindo dos problemas, desejos e dificuldades específicos? Que poderemos aprender, por exemplo, com o trabalho realizado pelas organizações populares de mulheres na Bósnia, na reconstrução de uma sociedade destruída pela guerra?

Mais do que apresentar respostas e soluções imediatas, este congresso permitiu o confronto de diferentes atitudes dentro do feminismo: entre quem recorda com saudade o Manifesto *SCUM*¹ de Valerie Solanas e quem o rejeita peremptoriamente, entre quem aprova o sistema de cotas e quem dele discorda, entre quem

defende princípios teóricos universais e quem relembra factos como a excisão ou a morte por honra. Foram levantadas muitas questões para reflexão, tais como o papel das mulheres na resolução de conflitos, as diferenças entre políticas de género e políticas sexuais, conceito de sociedade civil internacional (onde se incluem as ONG e os movimentos sociais) como forma de combate à globalização hegemónica e os objectivos políticos do feminismo, considerando o seu passado, presente e futuro. Propôs-se um conceito de política transversal, em substituição da política de identidade, com o argumento de que uma política genuinamente inclusiva deve respeitar pessoas cujos valores, identidade e posição estão sujeitos à mudança.

Transversal a todas as apresentações foi uma reflexão sobre o potencial impacte dos trabalhos de investigação sobre as vidas dos nossos objectos/sujeitos de estudo. Uma tal preocupação parece traduzir adequadamente aquilo que se entende por uma ética feminista, isto é, a busca por uma maior inclusão, respeito e disponibilidade para dar voz à margem, seja ela composta por mulheres ou homens, desde que socialmente oprimidos, excluídos ou explorados.

Nota

- 1 Designação pela qual ficou conhecido o Manifesto *Society for Cutting Up Men*, publicado em 1971 pela Olympia Press.